

Sammy

10 AGO 1987

Brizola afirma que presidente deveria pedir desculpas aos acusados

Mesmo tomando conhecimento de que o presidente José Sarney resolveu perdoar todos os envolvidos direta ou indiretamente nos tumultos do dia 29 de julho no Paço Imperial no Rio de Janeiro, quando o ônibus e toda a comitiva presidencial foram apedrejados, o ex-governador Leonel Brizola disse na última sexta-feira que manterá a interpeleção judicial que fez ao chefe na Nação através do STF.

"Se ele realmente tomou essa atitude, acho que fez muito bem pondo um final nesse episódio desagradável e deprimente. No caso de anistiar Danilo Groff e Maurício Pencak acho que não cabe, pois nada se provou contra eles. Eu, no lugar do presidente, pediria desculpas em público aos dois cidadãos que passaram vexames sem terem atirado pedra em ninguém", disse Brizola, conforme informou a Agência Globo.

O ex-governador do Rio responsabilizou o ministro Paulo Brossard pelas acusações aos líderes sindicais no episódio. Chegou a dar até uma sugestão ao presidente Sarney: "Devia colocar o Brossard num ban-



Leonel Brizola

quinho e impor um castigo a ele, mandando que o ministro escrevesse mil vezes: não devo processar nem acusar ninguém injustamente".

Quanto à interpeleção do STF, Brizola disse que fez porque quer saber realmente se o presidente teria dito a um deputado de São Paulo, referindo-se aos incidentes do Paço Imperial, "isso é coisa do Brizola".

"Não tenho nenhuma intenção de retirar a interpeleção, porque desejo um esclarecimento definitivo sobre a questão. E fiz o pedido através dos caminhos legais", resumiu.

Sarney inova ao conceder anistia

por Ana Cristina Magalhães de São Paulo

O presidente José Sarney inovou, ao anunciar na sexta-feira que enviará ao Congresso Nacional mensagem nesta segunda-feira propondo anistia aos participantes envolvidos, direta e indiretamente, na manifestação popular contra seu governo ocorrida em julho, no Rio de Janeiro.

A inovação está no fato de o presidente propor uma anistia tão ampla e mais abrangente que a aprovada pelo Congresso em 1979, que não contemplava as pessoas condenadas pelo crime de atentado pessoal, como foi classificado o golpe desferido contra a janela do ônibus onde se encontrava o presidente Sarney.

Se a proposta do presidente se concretizar e for aprovada pelo Congresso, mesmo que a Polícia Federal consiga, ao término das

investigações, identificar o agressor do presidente, o seu crime já estará anistiado.

Ao contrário da "graça" ou indulto — ato exclusivo do presidente da República que põe fim a uma condenação judicial —, a anistia deve ser genérica e aprovada pelo Congresso.

Segundo o ministro da Justiça, Paulo Brossard, a anistia significa que "se o processo foi instaurado, ele pára. Se houve condenação, ela está suspensa e se nada foi feito, nada será feito".

Assessores do presidente informaram que ele deve também remeter ao Congresso, em breve, uma lei de proteção ao Estado, em substituição à atual Lei de Segurança Nacional. Há certos crimes, como o atentado, que só estão previstos na Lei de Segurança, e que impedem sua supressão pura e simples.